

A ARTILHARIA QUE DESEJAMOS

Ten-Cel Art (QEME)
EVERALDO DE OLIVEIRA REIS

Em 1965, ainda sob os influxos da Revolução Democrática, escrevemos para a Defesa Nacional despretensioso artigo intitulado: "Algumas Considerações sobre a Reforma do Exército". Na ocasião, ouvimos apresentar algumas idéias que, postas em execução, colocariam a nossa Organização dentro da magnífica maré de renovação que passou sobre o país. Não nos permitimos então, descer a minúcias, já que seria pretensioso, ou mesmo tolo, um indivíduo fazer-se de "dono da verdade" e de uma pincelada, qual inspirado oráculo, apresentar solução para todos os problemas do Exército.

O incentivo de alguns companheiros levou-me, porém, a continuar estudando e debatendo os problemas da Artilharia, e dos debates e dos estudos surgiram as presentes idéias, muito mais dos companheiros, que minhas. Não significam reivindicações, mas sim a maneira pela qual pensam os Artilheiros de Campanha melhor servir ao País e ao Exército.

É evidente que ao estudarmos a reformulação de uma Fôrça Armada, teremos que fazê-lo à luz dos fatores conjunturais, significativos em particular por encerrarem os antagonismos e, conseqüentemente, os compromissos que podem levar o país a um conflito armado.

Em 1963 ou 1964, não me recordo bem, escrevíamos para a Defesa Nacional: "E a que hipóteses de guerra teria que responder uma Doutrina Militar Brasileira? É evidente que três são as mais favoráveis. A primeira delas seria a de guerra Insurrecional ou Revolucionária.

Dentro do que nos pareceu a mais correta probabilidade relativa de adoção, segue-se a hipótese da participação num conflito bélico, como membro da ONU.

Por último viria a suposição da guerra Continental, cada vez, graças a Deus, mais remota".

Tudo nos indica que a linha mestra do raciocínio, à época, ainda é válida hoje.

Como pois devemos organizar, equipar e instruir uma Artilharia de Campanha capaz de, com eficiência, enfrentar as hipóteses de guerra admitidas?

De início, com lealdade temos que declarar que ninguém, por mais e de bom senso, pode negar que em vastas áreas deste "país-conti-nente", "desenvolvimento" ainda é sinônimo de segurança. Mas é preciso também ter a coragem moral — e aqui vai um apêlo aos res-ponsáveis pelos destinos da Pátria — para reconhecer que no mundo conturbado de hoje, nenhum país vive sem um instrumento de fôrça — "próprio ou aliado", que assegure aos seus filhos a detenção e ma-nutenção da liberdade do bem-estar social.

Como organizar a nossa Artilharia de Campanha para a guerra Revolucionária?

O Grupo de Artilharia ainda é a unidade, senão de emprêgo, de raciocínio para o Artilheiro. A primeira coisa a observar é que, nos territórios regionais onde existem áreas mais críticas, do ponto de vista sócio-econômico, as GU nêles sediadas não possuem Artilharia ou a possuem em dosagem insuficiente.

Aprende-se, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, que a Estratégia Militar Brasileira, na Guerra Revolucionária, será a "Estratégia da Presença", apoiada pela "Estratégia Psicossocial da Edificação". Mas qual a "presença" da Artilharia de Campanha na 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª-RM*. É indispensável que tôdas as Di-visions situadas nesses Territórios possuam, não o Comando da AD (que, pelo contrário, em tempo de paz poderá até ser extinto), mas a dosagem padrão de Artilharia de Campanha.

Diz-se-ia o Brasil não pode aumentar os gastos com as Fôrças Armadas. Aqui mais uma vez é preciso ter coragem moral. Um país com 8.500.000 Km² e 80 milhões de habitantes não pode ter um Exér-cito inferior a 100.000 homens. Cuba tem 200.000 homens em armas. Não somos CUBA, nem o seremos. Mas para sermos respeitados pelos outros, teremos que nos respeitar, e o efetivo atual não responde às nossas necessidades. Se é preciso economizar, que o façamos, mesmo nas Fôrças Armadas, naquilo que fôr dispensável, nos chamados tempos de paz. A ter uma Fôrça Armadas mal equipada, mal remun-erada, mal instruída é melhor não ter nenhuma. (1)

Mas a "Estratégia de presença" não significa apenas a presença física do Poder Nacional, materializado unicamente em todos os rin-cões pelo Poder Militar, executando, enquanto outro não o faça, as atividades hoje conhecidas como de Ação Cívica. (2) Ela admite como "ultima ratio regium" o emprêgo da fôrça, mas que êste seja rápido, violento e preciso, contra os focos dos que se arriscam a sub-verter, pela fôrça ou não, a Ordem Democrática e Constitucional. E

(1) N. R. — Parece-nos demasiado drástica esta idéia, mesmo porque o nosso Exército não se encontra nesta situação... Respeitamos, todavia, o pensamento do outro, e concordamos que devemos esforçar-nos por melhorar cada vez mais as condições da Fôrça Terrestre, para que possa bem cumprir tôdas as missões que lhe cabem — na paz como na guerra.

(2) N. R. — O Exército Brasileiro está preferindo chamar de "Ação Cívica" (ACISO).

ninguém mais indicado para atuar com precisão, violência e rapidez, do que a Artilharia! Ainda me lembro da "Revolução Comunista de 1935", em Pernambuco, a qual acabou quando a Bateria de Dorso da Paraíba colocou um impacto direto na torre da Igreja do Largo da Paz, que fôra convertida em abrigo de metralhadora (que esta reminiscência, sirva de elemento de meditação para os cristãos honestos, que buscam o diálogo com os comunistas...).

É evidente que o emprêgo da Artilharia de Campanha deverá ser reestudado. **A Bateria deverá ter condições de ser Unidade de emprêgo.** E mais ainda, suas Peças deverão ter condições táticas e logísticas de emprêgo isolado.

Isto, evidentemente, implicará em aumento de efetivo, mesmo no chamado "tempo de paz", já que os elementos de Comando e Serviço deverão ser ampliados, para possibilitar o emprêgo da Bateria nas condições acima referidas e que definem a Guerra Revolucionária.

Essa Organização atenderá, sem sombra de dúvida, as hipóteses, — quer da participação em uma coligação no seio da ONU, quer o eventual, remoto, mas não impossível envolvimento num conflito continental.

Todavia, impõe-se desde logo que se crie para a Artilharia um "laboratório de estudo" para o emprêgo de mísseis. Não bastam mais as exaustivas aulas das diversas escolas, em particular da EsAO e da ECEME. Impõe-se a criação da "Escola de Mísseis" — para toda a Artilharia — anexa à qual se organizaria uma Subunidade para emprêgo nas instruções, já que até o "vate lusitano" dizia, que "a disciplina militar prestante não se aprende, senhor. na fantasia..."

E quanto ao Equipamento? Como fizemos quando estudamos a Organização, iniciemos pela Guerra Revolucionária. É evidente que a "bôca de fogo" em si terá que continuar a ser importada, já que não teríamos condições de oferecer ao Parque Industrial Civil atrativos que o impelisse para esta atividade. No que tange ao material de Comunicações, achamos indispensável que o Exército explore ao máximo o Parque Industrial Civil Brasileiro. Mesmo que não se conseguisse o material ideal — material hoje previsto como o de QO — substituir-se-ia êste por um material "equivalente". As razões que se alinham são inúmeras e irretrucáveis. Uma delas, porém, parece-nos da mais alta valia: aquilo que as Forças Armadas colocarem como encomenda no Parque Industrial Civil é duplamente significativo para a Segurança Nacional. Primeiro, porque não coloca nas mãos de outros países a ferramenta basicamente geradora dessa Segurança; segundo, porque estaremos ajudando ao desenvolvimento do nosso Parque e, conseqüentemente, proporcionando "desenvolvimento" ao país.

E o equipamento para os Grupos de Ação de Conjunto, cuja criação não pode ser mais protelada. Estes Grupos seriam mistos: além das subunidades de Comando e Serviço, teriam uma Bateria de Ca-

nhões e outra de Foguetes. A Bateria de Comando contaria, desde logo, com os elementos de Meteorologia, que assegurariam mesmo no chamado tempo de paz a formação dos especialistas dessa QM; contaria também com dois aviões de observação, cuja atuação na Guerra Revolucionária — não é mais necessário que se repita — é imprescindível não só para a Artilharia, como para a Divisão como um todo. Não se diga que isto é uma previsão delirante. Os poucos recursos para a aquisição de uma dúzia de aviões de observação, no Mercado Brasileiro, não podem constituir absolutamente um óbice, já que tais recursos poderiam inclusive ser obtidos com economias, realizadas, por exemplo, pela extinção dos Comandos de AD ou ID, ou pela racionalização das DC existentes.

No que tange às Baterias de Canhões, os Grupos seriam armados com o material de Artilharia dos Grupos de 152,4mm, que vêm sendo tornados sem efetivo, ou transformados em Bateria. As Baterias de Foguetes receberiam, a título experimental, os lançadores múltiplos que se encontram em adiantada fase de estudo na Comissão de Mísseis. Conhecemos perfeitamente os inúmeros problemas em curso de solução. Sabemos que são difíceis, mas de nenhuma maneira indecifráveis para os nossos Engenheiros Militares. Não será este artigo a oportunidade para analisá-los, mas é preciso que se tenha presente que o maior inimigo de uma solução muito boa é a procura exaustiva e improfícua da solução ótima...

Agora, a pergunta que se impõe é se armados e equipados dentro deste esquema, os Grupos de Campanha estariam em condições de enfrentar a hipótese de participação numa coligação, no âmbito da ONU. É evidente que, a exemplo da II Guerra Mundial, uma coligação procuraria se armar e equipar da maneira mais homogênea possível, com a utilização do que de mais moderno existisse no Parque Industrial das Democracias. Não podemos nem devemos, nos chamados tempos de paz, adquirir tais armamentos. Devemos, sim, manter as nossas Unidades equipadas com "produtos acabados" do nosso Parque Industrial Civil encomendas que significarão trabalho. Segurança, pois não dependendo de material de difícil importação, será possível adquirir grau de treinamento. E um homem treinado, rapidamente adapta-se a qualquer equipamento mais avançado.

As Escolas, porém, dever-se-ão constituir num capítulo à parte. E a Escola de Mísseis estaria incluída neste capítulo, e para ela como para todas as outras colocaríamos todo nosso empenho — financeiro e político, para importarmos um mínimo indispensável, do que houvesse de mais moderno no setor, para o preparo dos Quadros.

Finalmente, restar-nos-ia verificar se estaria a nossa Artilharia equipada para a triste eventualidade de um conflito continental. Mais uma vez, necessitamos de coragem moral, para, vencendo nossos escrúpulos, analisarmos friamente tal hipótese, que graças a Deus é cada vez mais remota. É preciso que se note, não se tratar do Brasil

agredindo a nação X — pois isto nos é vedado constitucionalmente, — nem tão pouco admitirmos, em 1967, que exista no continente um país Z, que deseje violentar a nossa soberania, ou formular uma reivindicação territorial, ou ainda que existe uma CUBA Sul-americana que possa tentar subverter o exercício da democracia em nosso país.

Mas aqueles que são, por excelência, os fiadores da Soberania, da Integridade e do Exercício da Democracia no Brasil, não podem abandonar duas premissas: a primeira, de que o Brasil, por sua situação no Continente, poder-se-á ver envolvido num conflito entre os países M e N; a outra, é que o Comunismo Internacional poder-se-ia apossar do poder num país e criar uma ameaça ao Brasil e ao Continente.

Uma guerra continental deverá ser desencadeada num clima de “embargo”, determinado pelas Organizações de Segurança Coletiva. Terá portanto, o beligerante, de possuir um Poder que lhe permita iniciar a luta e um Potencial que lhe possibilite nela permanecer. No nosso Continente, acreditamos possuir uma razoável posição, em termos de Poder Nacional, cabendo articularmos a transformação, em tempo hábil, do nosso Potencial em Poder. As técnicas estão aí para fazê-lo; basta que os responsáveis pela transformação delas se apossessem e executem o que fôr imprescindível fazer, desde já.

Numa síntese, o que os Artilheiros de Campanha almejam, em matéria de Organização e Equipamento, é:

- criação dos Grupos de Ação de Conjunto, nas Divisões;
- distribuição, a título experimental, do Lança Rojão múltiplo;
- distribuição dos aviões de observação;
- criação da Escola de Mísseis;
- entrosamento eficaz com o Parque Industrial Civil;
- estruturação da Mobilização Industrial.

A instrução merece, por si só, um estudo à parte

Isto é o que desejam os Artilheiros de MALLET.

É o que esperam nossos irmãos de “Armas”.

É o que merece um Brasil sério.

Conseguindo, poderemos dizer, então, como o velho MALLET, ao enfrentarmos os inimigos da Pátria:

“Por aqui, vocês não passam”.